

TEORIAS DA IDENTIDADE E CORRESPONDÊNCIA IDENTITÁRIA

THEORIES OF IDENTITY AND IDENTITY CORRESPONDENCE

TEORÍAS DE LA IDENTIDAD Y CORRESPONDENCIA IDENTITARIA

*Carlos José Naujorks**

RESUMO

Este trabalho apresenta as diversas teorias sobre identidade que contribuem para a construção do conceito de correspondência identitária. Correspondência identitária é um conceito que pretende abarcar os processos de alinhamento e congruência entre os referentes identitários das dimensões pessoal, social e coletiva de identidade individual. A psicanálise, o cognitivismo social, o interacionismo simbólico e os estudos culturais são as diferentes matrizes teóricas que subsidiam sua elaboração. Aspectos específicos do fenômeno identitário são abordados por teorias específicas. O conceito de correspondência identitária propõe uma abordagem que relacione diferentes perspectivas teóricas presentes no campo. São apresentados, neste trabalho, as possíveis contribuições dessas teorias e os limites de sua apropriação para a elaboração do conceito de correspondência identitária.

Palavras-chave: Identidade. Correspondência identitária. Alinhamento identitário.

ABSTRACT

This paper presents the several theories about identity that contribute to the construction of the concept of identity correspondence. Identity correspondence is a concept that intends to encompass the processes of alignment and congruence between the identity referents of the personal, social and collective dimensions of individual identity. Psychoanalysis, social cognitivism, symbolic interactionism and cultural studies are the different theoretical foundations that subsidize its elaboration. Specific aspects of the identity phenomenon are addressed by specific theories. The concept of identity correspondence proposes an approach that relates different theoretical perspectives present in the field. This paper presents the possible contributions of these theories and the limits of their appropriation for the

Texto recebido em 5 de janeiro de 2019 e aprovado para publicação em 30 de setembro de 2019.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduado em Psicologia pela UFSC, professor no Departamento de Psicologia da UFSC. Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Psicologia. *Campus* Universitário – Trindade, Florianópolis-SC, Brasil. CEP: 88040-970. Telefone: (48) 3721-9000.

elaboration of the concept of identity correspondence.

Keywords: Identity. Identity correspondence. Alignment of identity.

RESUMEN

Este trabajo presenta las diversas teorías sobre identidad que contribuyen a la construcción del concepto de correspondencia identitaria. La correspondencia identitaria es un concepto que pretende abarcar los procesos de alineamiento y congruencia entre los referentes identitarios de las dimensiones personal, social y colectiva de la identidad individual. El psicoanálisis, el cognitivismo social, el interaccionismo simbólico y los estudios culturales son las diferentes matrices teóricas que subsidian su elaboración. Los aspectos específicos del fenómeno identitario son abordados por teorías específicas. El concepto de correspondencia identitaria propone un abordaje que relacione diferentes perspectivas teóricas presentes en el campo. Se presentan en este trabajo las posibles contribuciones de esas teorías y los límites de su apropiación para la elaboración del concepto de correspondencia identitaria.

Palabras clave: Identidad. Correspondencia de identidad. Alineación identitaria.

1. INTRODUÇÃO

O indivíduo contemporâneo depara-se com uma diversidade imensa de referentes a serem usados para a construção das percepções e sentimentos que tem de si: os sentidos e os significados de suas atitudes; o caráter idiossincrático de sua trajetória biográfica, seus valores, suas convicções e posições políticas, os papéis sociais que desempenha, as categorizações sociais a que está submetido, as coletividades das quais participa. Não se é apenas brasileiro, mas brasileiro, do sexo masculino, casado, professor, natural de tal lugar, filho de tal pessoa, etc. Para cada indivíduo, todos esses referentes permitem a construção de significados, sentidos e sentimentos sobre si e os outros. No conjunto dos estudos a respeito de identidade, há uma preocupação crescente sobre como e por quais processos o indivíduo produz um sentido de si que relacione, com certa coerência, esses múltiplos referentes. Estudos sobre a identidade no campo do cognitivismo social têm tornado mais precisas as dimensões pessoal, social e coletiva da identidade individual (Sedikides, & Brewer, 2001). Além desses, diversos estudos com perspectivas teóricas bastante variadas procuram relacionar os referentes pessoais da identidade com papéis e categorias sociais (Owens, Robinson, & Smith-Lovin, 2010; Thoits, & Virshup, 1997); outros têm se

detido nas compatibilidades entre os diversos referentes da identidade social (mulher, mãe, esposa e profissional, por exemplo) (Deaux, & Burke, 2010); há, ainda, os estudos sobre as diversas implicações para a identidade individual dos pertencimentos coletivos, entre eles a identidade nacional e a identidade étnica (Taylor, & Dubé, 1986).

Este artigo pretende dar continuidade ao desenvolvimento da noção de correspondência identitária como um constructo útil para relacionar os diversos referentes da identidade individual, colocando em evidência as teorias que podem fundamentar esse conceito. Correspondência identitária refere-se a dois processos distintos, mas inter-relacionados. Primeiro, ao processo de autoverificação identitária, que tem como referência a exterioridade e o caráter concreto do comportamento (Burke, 2006). Parte-se do entendimento de que “Os significados da identidade estão ligados aos significados implicados pelo comportamento de um papel social; em outras palavras, há correspondência entre esses autossignificados relacionados a um papel social e o comportamento” (Burke, & Reitzes, 1981).¹ Segundo, a um processo de alinhamento e congruência entre os múltiplos referentes que compõem a identidade individual. Referentes idiossincráticos relativos a valores e à biografia pessoal, às categorias sociais, papéis sociais e pertencimentos coletivos dos quais a pessoa participa, são feitos congruentes pelo sujeito por meio de um processo de correspondência identitária (Naujorks, & Silva, 2016). Nesse segundo processo, não é propriamente o comportamento que é tomado como referência, mas o conjunto de significados, sentidos e sentimentos que compõem, para cada pessoa, o conjunto mais amplo de sua identidade individual.

Este trabalho se detém na segunda formulação apresentada para o conceito de correspondência identitária. De forma específica, correspondência identitária refere-se aos processos pelos quais os múltiplos referentes utilizados para a composição da identidade individual são feitos coerentes entre si (Naujorks, & Silva, 2016). Parte-se da perspectiva de que a identidade individual pode, analiticamente, ser apreendida pelas suas dimensões pessoal, social e coletiva. A correspondência identitária seria o processo que produz e mantém a coerência entre os referentes presentes em cada uma dessas dimensões. Este artigo pretende apresentar as teorias em destaque sobre identidade, encontradas na Psicologia e na Sociologia contemporâneas, que fundamentam e contribuem para a compreensão dos processos de correspondência identitária.

Ao procurar relacionar uma diversidade relativamente ampla de abordagens teóricas, busca-se, sobretudo, uma perspectiva abrangente do fenômeno identitário (Simon, 2004). A literatura atual sobre identidade tem destacado

¹ Os textos originais em inglês foram livremente traduzidos pelo autor.

a necessidade de superar possíveis dicotomias entre teorias sociológicas e psicológicas da identidade, e evidenciar como essas diferentes teorias abordam as diversas dimensões da identidade, compreendendo-a como um processo psicossocial no qual as dimensões subjetiva e objetiva da vida social estão presentes. A apresentação e o elenco de aspectos específicos das teorias têm como referência uma compreensão da identidade como um processo psicossocial que permite ao indivíduo a elaboração de significados e sentimentos sobre si mesmo e os outros. Esse processo é, ao mesmo tempo, individual e social, e acontece tendo como referência valores, concepções e formas de agir e pensar disponibilizados pela cultura (Burke, & Stets, 2009). O que se pretende, então, evidenciar são as diferentes teorias que podem contribuir para a compreensão dos processos de correspondência entre as diferentes dimensões da identidade individual.

2. AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA IDENTIDADE INDIVIDUAL

Toma-se aqui a identidade individual como um processo psicossocial que permite ao indivíduo a formação e manutenção de um sentimento e uma percepção de si como um Eu (*Self*)² com certa coerência ao longo do tempo. Esses sentimentos e percepções decorrem das relações sociais e dos grupos sociais de que cada pessoa participa (Jenkins, 1996). Destaca-se a importância dos processos de interação social e dos significados construídos a partir desses processos. A identidade é, então, compreendida tendo como fundamento a formação e a manutenção do *Self*. Para Mead, o *Self* constitui-se pelas relações sociais: “Origina-se dos processos da experiência social e da atividade, desenvolve-se como resultado da totalidade das relações do indivíduo e das suas relações com outras pessoas” (Mead, 1992, p. 135).

O *Self* é produto da reflexividade humana, produzido pelos processos de interação quando, a partir do outro, o indivíduo coloca a si mesmo como objeto. Mead diferencia duas dimensões, ou polos, relacionados ao *Self*, o polo objeto, ou “*Me*”, ou seja, o *Self* tomado como objeto, e o polo sujeito, ou “*I*”, a dimensão do *Self* que realiza a reflexão e que se percebe como sujeito dessa reflexão. Essa concepção de identidade baseada na noção de *Self* permite uma contraposição ao essencialismo e à atemporalidade associados tradicionalmente ao conceito.

A identidade não é algo único, intrínseco ao ser, tampouco imutável. Compreender o fenômeno identitário como uma construção social é, justamente, enfatizar suas dimensões social e histórica. Porém, visto que é uma realização singular, essa construção se dá por meio de referentes que são feitos salientes pelo

2 *Self* é entendido aqui como o sentimento de um Eu como alguém singular e distinto dos Outros, constituído por um conjunto de identificações e processos cognitivos de agência, verificação e manutenção de si, tais como o autoconceito, a autoavaliação, etc. (Stets, & Burke, 2003, p. 130).

indivíduo, ao longo de sua trajetória de vida e em relação às pessoas que lhe são próximas, e à sociedade. Esses referentes são unificados pela elaboração de uma compreensão (inacabada e processual) que permite ao indivíduo apreender a si mesmo, tanto diacrônica quanto sincronicamente.

Os referentes identitários são a base para os processos de categorização social que fundamentam cognitivamente a construção da identidade (Tajfel, 1982).³ Referentes biográficos e idiossincráticos (dimensão pessoal da identidade individual), referentes relativos às categorias e aos papéis sociais (dimensão social da identidade individual), e referentes relativos ao pertencimento a grupos sociais específicos ou coletividades genéricas (dimensão coletiva da identidade individual) são tomados, em situações diversas e ao longo da vida, como salientes e fundamentais para as compreensões e os sentimentos de quem o indivíduo é para si e para os outros. A saliência identitária diz respeito à probabilidade de um determinado referente identitário aparecer em destaque em uma situação social específica, como uma decorrência da estrutura social dessa situação ou de sua relevância para a pessoa (Stryker, 2000).

Assim, analiticamente, os referentes identitários podem ser compreendidos como referentes pessoais, sociais e coletivos da identidade individual. Diferentes teorias sobre identidade têm sido utilizadas para a construção do conceito de correspondência identitária. Importa, neste trabalho, como essas diferentes teorias estão presentes e que desafios decorrem de seu uso combinado. Apresentam-se, a seguir, possíveis contribuições de teorias específicas para a compreensão de cada uma dessas dimensões identitárias.

3. A PSICANÁLISE, A PSICOLOGIA DO EGO E A IDENTIDADE PESSOAL

As contribuições da teoria psicanalítica acerca da identidade são consideravelmente amplas. Não se trata aqui de esgotar tais contribuições, mas sim de apontar alguns elementos presentes na teoria psicanalítica que ajudam a compreender o fenômeno identitário e, em particular, evidenciar como a psicanálise contribui com o conceito de correspondência identitária. O conceito de identidade aparece, num primeiro momento, na psicanálise, como identificação.⁴ Como processo psicológico, a identificação é uma forma

³ Simon (2004, p. 45) utiliza a noção de *Self-aspect* para designar algo muito próximo ao conceito aqui adotado de referente identitário.

⁴ É importante diferenciar, desde já, o sentido diverso que o termo identificação tem para a psicanálise e para a teoria da identidade, desenvolvida a partir do interacionismo simbólico. Para a psicanálise, identificação refere-se a um laço afetivo inconsciente, constitutivo das relações objetais e fundamental para o desenvolvimento dos vínculos. Para a teoria da identidade, identificação remete a um mecanismo cognitivo que permite ao sujeito tomar a si mesmo como objeto e categorizar, classificar e nominar a si e aos outros. Esse mesmo processo é denominado na teoria da identidade social (cognitivismo social) de autocategorização (*self-categorization*) (Stets, & Burke, 2000, p. 224).

de vinculação com outra pessoa (o objeto da identificação) que acontece pela atualização de identificações realizadas na primeira infância. Essa atualização se dá pelas qualidades comuns que o objeto atual pode ter com o objeto libidinal original. Assim, ao longo do desenvolvimento do indivíduo, em razão de qualidades comuns, a identificação passa a ser partilhada com outras pessoas que não aquela que é objeto original do instinto sexual.

Nas primeiras elaborações realizadas por Freud, a identificação é considerada importante no conjunto dos sintomas da histeria, constituindo-se em uma via pela qual a pessoa reestabelece as figuras amadas da infância, dissolvendo o próprio ego em figuras externas (Freud, 1892-1899/1976a).⁵ Posteriormente, o conceito recebe sua elaboração mais usual: a identificação passa a se referir aos laços afetivos inconscientes desenvolvidos a partir das relações parentais e que estruturam a personalidade, constituindo-se, assim, num mecanismo relacionado ao processo de constituição do ego, pelo qual ele assimila características das pessoas que lhe são significativas (Freud, 1923/1976c). É nesse sentido que, segundo Freud, a identificação assume a “mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (1921/1976b, p. 133).

As pulsões autoeróticas estão presentes desde o início do desenvolvimento do indivíduo. Mesmo que não estejam presentes noções como corpo, Eu, meu corpo, existe uma pulsão autoerótica em direção a esse corpo. O autoerotismo na criança permite uma satisfação com o corpo e com o outro. “Na fase oral primitiva do indivíduo, a catexia do objeto e a identificação são, sem dúvida, indistinguíveis uma da outra” (Freud, 1923, p. 42). Assim, em sua gênese, a identificação deriva das primeiras fases da organização da libido na qual se busca, pela ingestão, assimilar o objeto desejado, mas que, nas fases seguintes, se diferencia do que, na psicanálise, denomina-se relação de objeto, na qual o objeto passa a estar investido de libido. Freud identifica então um primeiro formato para a identificação: a identificação primária. Por ela, é possível reter objetos perdidos do desejo e atualizar esses objetos.

Para a psicanálise, o ego é a instância psíquica ligada à relação do indivíduo com seu meio. Ele permite, mediante suas funções, uma expressão adequada dos impulsos (id) e realiza uma mediação ante os interditos sociais (superego). É pelo ego que se dá o desenvolvimento do indivíduo e a formação do Eu (Freud, 1923). O ego, porém, não existe *a priori*. Ele precisa surgir e se desenvolver, sendo a identificação o mecanismo específico de sua formação: “A identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomada como modelo” (Freud, 1921, p. 134).

⁵ A primeira data indica o ano de publicação da obra, e a segunda, a edição consultada pelo autor, a qual somente será pontuada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes, será registrada apenas a data de publicação original.

Na formação edípica, o Eu constitui-se tendo por referência as identificações com o objeto sexual. Com a finalização dessa formação, há uma transformação das escolhas objetais eróticas para uma escolha objetal do ego, uma dessexualização das escolhas objetais. As identificações objetais do ego são parciais e múltiplas e se forem, em alguma medida, incompatíveis, podem gerar situações de rupturas da personalidade. Em todo caso, “os conflitos entre as diversas identificações em que o ego se separa [. . .] não podem ser descritos como inteiramente patológicos” (Freud, 1923, p. 43). Freud trata aqui da multiplicidade do processo identitário, no caso, das identificações, e da questão da congruência entre essas identificações, cuja coerência é mantida pelas primeiras identificações:

Os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância são gerais e duradouros. Isso nos conduz de volta à origem do ideal do ego; por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal (Freud, 1923, pp. 43-44).

As primeiras identificações ocorrem no primeiro período sexual e terão sua resolutividade e permanência por meio das posteriores identificações do ego.

Os processos de identificação, para Freud, relacionam-se dinamicamente com substituição dos investimentos psicosexuais da infância e com a formação narcísica e a constituição de um ideal de Eu. Assim, a identificação joga um papel fundamental na constituição de um Eu que procura, em detrimento das exigências contratransferenciais apresentadas pelos outros, produzir e manter uma visão, mesmo que fantasmática, unitária e coerente de si mesmo:

A origem do sentimento de identidade, parece-me, deve ser buscada, de preferência, no processo de separação-indivuação, na diferenciação psíquica entre si e a mãe, diferenciação essa que se forma progressivamente a partir da relação primária com a mãe e condiciona o sentimento de coesão de si (Berry, 1991, p. 104).

Tendo referência o processo descrito acima, decorrem três formas de identificação. Primeiro, como laço emocional original que liga a criança à mãe, a partir da função que desempenha de preparar para o complexo do Édipo. Essa primeira forma é denominada identificação primária. Depois, como processo de formação dos sintomas e de internalização de um objeto que aparece como sucedâneo ao objeto libidinal: “Essas identificações destinam-se a internalizar um só traço do objeto, por meio do processo de regressão” (Guimarães, & Celes, 2007, p. 342). Por fim, como identificação com outras pessoas em razão de um compartilhamento de características percebidas como comuns (Guimarães, & Celes, 2007). Essa última forma relaciona-se diretamente com a formação dos vínculos sociais.

Considerando seu início nos processos primários de identificação e sua continuidade com a formação do ego, as identificações ao longo da infância e em seus períodos subsequentes jogam um papel fundamental para a formação e manutenção do Eu. Dessa forma, as identificações permitem compreender o comportamento atual do indivíduo visto que remetem aos aspectos não atuais (passado) e inconscientes de seu comportamento.

Há, pelo menos, três outros desenvolvimentos sobre a identidade com relevantes implicações para uma perspectiva abrangente do fenômeno identitário: a denominada psicologia do Ego (Erikson, 1976a), as proposições feitas por Lacan (1961-1962; 1961-1962/2003, 1966/1998)⁶ e os estudos realizados por Dolto (1984; Dolto, & Nasio, 1991). Neste trabalho, vamos nos deter na teoria da identidade de Erikson.

Erikson faz uma diferenciação entre os conceitos de identificação e identidade. A identificação diz respeito à formação da identidade na infância. A identidade, e de forma específica a identidade do ego, refere-se aos processos que caracterizam o desenvolvimento da adolescência e da vida adulta, e que permitem para a pessoa a continuidade do seu autoconceito ao longo do tempo, mesmo que nunca estático e imutável: “Um sentimento subjetivo de uma envigorante uniformidade e continuidade” (Erikson, 1976b, p. 17).

Para Erikson, a identidade emerge pela negação e a assimilação de determinadas identificações realizadas até a adolescência. É na adolescência que as sínteses identitárias, em grande parte indefinidas até então, tendem a se fixar ante as exigências dos outros e do mundo. A identidade profissional, a afiliação a determinados grupos e os valores pessoais adquirem, ou são demandados a adquirir, na adolescência e no início da vida adulta, certa constância que, na identidade, passa a corresponder a uma expectativa e exigência de fixação (Izenberg, 2016, p. 23). A identidade do ego envolve, então, a similaridade e a continuidade do autoconceito ao longo do tempo, constituindo-se como um atributo pessoal. É, sobretudo, uma elaboração cognitiva que o indivíduo realiza sobre si a partir dos outros:

Um processo que ocorre em todos os níveis de funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para eles (Erikson, 1976a, p. 21).

No desenvolvimento da identidade, Erikson aponta três processos inter-relacionados: um processo somático, os processos do ego e os processos sociais

⁶ O seminário *A identificação* foi proferido por Lacan entre 1961 e 1962. Não há uma edição impressa disponível em português.

(Erikson, 1976b, p. 31). Processos homeostáticos inerentes ao organismo, processos de organização do indivíduo e de sua relação com o contexto social. Os processos do ego têm a função de organizar a experiência do ego individual, “aparelhar o indivíduo para os choques resultantes de descontinuidades súbitas tanto do organismo quanto do meio ambiente” (Erikson, 1976b, p. 30). Aqui se sobressai o que o autor identificou como crise de identidade, quando o “eu subjetivo” toma consciência de si mesmo e dos compromissos que precisa assumir perante o contexto em que está inserido (Noack, 2007, p. 138).

Os processos sociais relacionam-se com os inúmeros papéis sociais que somos convocados a desempenhar. A identidade do ego está relacionada, mas é, no entanto, diferente dos processos grupais da identidade social e coletiva. Para Erikson, a identidade do ego relaciona-se dinamicamente com os processos sociais, tendo, porém, a função de integração para o indivíduo do conjunto de suas identificações da infância e, para além disso, de integração com as identidades social e coletiva. Para Erikson (1976b),

O sentimento de identidade do ego é, então, a segurança acumulada de que a coerência e a continuidade interiores elaboradas no passado equivalem à continuidade do próprio significado para os demais, tal como se evidencia na promessa tangível de uma “carreira” (p. 241).

A identidade do ego relaciona-se diretamente com uma perspectiva de desenvolvimento humano. Oito fases do desenvolvimento constituem o ciclo vital, e cada uma delas, com processos identitários específicos (Erikson, 1976b). As primeiras fases são fundamentais para a constituição da identidade do ego. Nas primeiras fases, uma dimensão estritamente pessoal da identidade do ego se forma com o sentimento de confiança no outro (primeira fase) e com o autocontrole e a autonomia (segunda fase). Tais elementos são a base para o desenvolvimento da relação com os outros e a sociedade.

A integridade da identidade do ego depende do desenvolvimento adequado dos sentimentos identitários pessoais ao longo das fases do desenvolvimento infantil até a adolescência. Elas formam a base identitária para o desenvolvimento da identidade adulta. Há, aqui, uma diferenciação entre a identidade do ego e a identidade pessoal, tendo a identidade pessoal um sentido muito mais próximo à noção de identificação tal qual desenvolvida por Freud. A teoria da identidade do ego tem importante continuidade pelos trabalhos de James Marcia. Os trabalhos do autor têm permitido a elaboração de protocolos de avaliação da identidade e a ampliação dos estudos sobre identidade do ego (Marcia, Waterman, Matteson, Archer, & Ollofsky, 1993).

Concebidas como processo psicológico, a identificação e a identidade do ego explicariam, tendo como fundamento os processos primários de formação da

personalidade e sua manutenção ao longo do desenvolvimento do indivíduo, seus laços afetivos e os sentimentos de coerência e estabilidade. Como componente afetivo que liga o indivíduo a outros indivíduos ou grupos sociais, a identificação estaria presente nas dimensões pessoal, social e coletiva da identidade individual. Ou seja, referentes identitários construídos na infância são atualizados na relação direta que o indivíduo estabelece com os outros, tornando-os significativos. A teoria da identificação de Freud e a teoria da identidade do ego de Erikson revelam, sobretudo, a importância do aspecto não atual da identidade, ou seja, a importância de referentes identitários formados na primeira infância e na adolescência e que são atualizados mediante os processos de identificação.

4. COGNITIVISMO SOCIAL E OS PROCESSOS DE CATEGORIZAÇÃO SOCIAL

A perspectiva do cognitivismo social se desenvolve a partir da segunda metade do século XX e acentua os aspectos psicológicos que organizam a cognição e que são anteriores aos comportamentos. Para as teorias cognitivistas e o cognitivismo social, a ação humana é radicalmente dependente dos processos cognitivos. A teoria da identidade social, formulada no fim da década de 1970 por Tajfel, destaca justamente a importância dos processos de categorização social realizados pelos indivíduos como um mecanismo cognitivo que lhes permite elaborar uma definição de si e dos outros (Deaux, 2000; Tajfel, 1982). Nesse sentido, Markus desenvolve a noção de *self-schemas*: generalizações cognitivamente produzidas sobre si e os outros que permitem ao indivíduo construir uma compreensão de si e do mundo (Markus, & Wurf, 1987). A ênfase aqui é no caráter de regulação que os processos identitários operam no âmbito individual (Simon, 2004, p. 77).

Na perspectiva do cognitivismo social, os componentes centrais da identidade pessoal são o autoconceito e a autoestima. A emergência do *Self* pressupõe a formação de um autoconceito (conceito de si) elaborado a partir de seu polo objeto (o “*Me*”). O autoconceito pode ser definido como “a totalidade dos pensamentos e sentimentos de uma pessoa acerca de si mesma ou tomando a si mesma como um objeto de reflexão” (Rosenberg apud Owens, Robinson, & Smith-Lovin, 2010, p. 479). O autoconceito envolve pensamentos, sentimentos e imaginações que o indivíduo elabora sobre si. Decorre dessa percepção a atribuição de um valor sobre si, sobre suas capacidades e aceitação pelos outros. Disso decorre a autoestima. O autoconceito e a autoestima formam, então, a base para a identidade pessoal.

Mediante processos de manutenção do autoconceito e da autoestima o *Self* desenvolve funções de autorregulação e autoavaliação (Higgins, & May, 2001). Hitlin (2003) propõe que as identificações baseadas em valores são o elemento central da identidade pessoal. Os valores são tomados como referentes para a identidade pessoal visto que, pela autoavaliação, interferem na manutenção do autoconceito e da autoestima. Assim, com base nos valores, a identidade pessoal provê à pessoa um sentimento íntimo de coesão.

O caráter idiossincrático da identidade pessoal decorre de um senso de sentir-se único, construído pelo indivíduo, tendo como referência uma percepção singular de sua trajetória biográfica e de seus valores, objetivos e projetos como derivados dela mesma (Hewitt apud Hitlin, 2003, p. 121).

Além disso, a identidade pessoal está relacionada com os sentimentos de autenticidade. Essa temática está presente na literatura psicanalítica, na perspectiva freudiana de que determinados conteúdos inconscientes seriam inacessíveis aos outros, inclusive para a própria pessoa. Está presente, também, para o interacionismo simbólico: o comportamento público exige uma constante apresentação de comportamentos de fachada de modo que cada um possa aparecer mais socialmente aceitável. Isso torna perceptível para a própria pessoa uma lacuna entre os sentimentos de autenticidade e o drama da apresentação social (Goffman, 2007). Esses sentimentos de autenticidade têm como base uma trajetória pessoal, os valores e sentimentos de si percebidos e atribuídos a si mesmo como alguém único. O caráter biográfico deriva, em grande parte, dessa capacidade de o indivíduo construir uma narrativa sobre si que procura dar coerência a essa trajetória percebida como autêntica.

Em relação à dimensão social da identidade individual, teorias próximas ao cognitivismo social têm se detido nas identificações produzidas por meio de categorias sociais. Para a teoria da identidade social, esta se refere a uma “parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva de seu conhecimento de sua pertença a um grupo (ou grupos) social, justamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (Tajfel, 1982, p. 290). Essa abordagem tem se dedicado ao estudo das relações entre grupos e aos conflitos intergrupos. Os processos de categorização social têm um papel central na diferenciação entre os grupos sociais e na localização dos indivíduos nesses grupos (Simon, 2004, p. 35). Ou seja, são os processos de categorização e de comparação intragrupo e extragrupo que criam a identidade social. Isso explicaria por que membros de diferentes grupos se discriminam entre si.

A teoria da identidade social de Tajfel e o conjunto de estudos sobre identidade circunscritos ao cognitivismo social têm sido tradicionalmente denominados como a perspectiva psicológica da identidade.

5. O INTERACIONISMO SIMBÓLICO E OS COMPONENTES RELACIONAIS DA IDENTIDADE

Muito embora os aspectos afetivos da identidade individual sejam produzidos por meio das relações sociais, nas teorias advindas da psicanálise, seu caráter atual deriva antes de uma atualização de referentes pretéritos. Para as teorias próximas ao cognitivismo social, os referentes que compõem a identidade individual são construídos ao longo da história do indivíduo, porém afirmados na interação e sustentados por mecanismos cognitivos intrínsecos de motivação, categorização e comparação social. Um exemplo: um casal enamorado janta à luz de velas. Identificações afetivas idiossincráticas os aproximam e os enlaçam. Num determinado momento, comentários machistas do homem mobilizam na mulher seus vínculos de gênero: salienta-se aqui a identidade de gênero, uma categoria social. Aqui, a dimensão pessoal da identidade individual abarca os referentes passados afetivamente mobilizados pelas identificações produzidas entre um e o outro. A dimensão social, por sua vez, remete ao referente de gênero presente na identidade individual e que é tornada saliente naquele momento específico, e que, inclusive, pode vir a se sobrepor e corroer as identificações afetivas produzidas no âmbito da identidade pessoal (Taylor, & Dubé, 1986).

Outro conjunto teórico que tem trabalhado com a noção de identidade social são as teorias interacionistas, denominadas geralmente de abordagem sociológica da identidade. Aqui nos deteremos na abordagem denominada teoria da identidade. Um autor central nessa perspectiva é Stryker (1981; 2000). Stryker realiza, com sua proposta de um “interacionismo simbólico estrutural”, uma crítica a uma restrição dos modelos psicológicos de Psicologia Social, visto que reduzem a compreensão da formação da identidade aos processos cognitivos de categorização e comparação. Para o autor, mais do que processos meramente cognitivos, são processos estruturais que definem as possibilidades de reconhecimento que o indivíduo realiza sobre si e os outros, bem como sua localização nos grupos sociais. Ao mesmo tempo que indivíduos criam a estrutura social, eles também são constituídos por elas. “As pessoas estão sempre embutidas na própria estrutura social que é, simultaneamente, criada por aqueles” (Stets, 2006, p. 88). A identidade deriva, fundamentalmente, dos processos de interação que se dão em um contexto social estruturado.

Para o interacionismo simbólico, a marca da individualidade é a reflexividade, isto é, a possibilidade de o indivíduo se colocar como objeto e refletir sobre si mesmo. No entanto, as respostas do Eu como um objeto para si vêm de um ponto de vista que considera a visão de outros com quem se interage. Uma das preocupações da teoria da identidade é compreender como a posição da

pessoa na estrutura social influencia o processo de reconhecimento identitário. Para Burke (2006), a pessoa continuamente avalia sua posição em processos de autoverificação identitária. Esses processos, por sua vez, também influenciam a formação das estruturas sociais. A verificação identitária é um processo central da teoria da identidade (Stets, & Serpe, 2016).

A teoria da identidade faz uma diferenciação entre identidade pessoal, identidade de papel social e identidade social. A identidade pessoal refere-se aos significados que tornam pessoais o desempenho de um papel ou a adesão a um grupo, ou seja, está relacionada aos elementos singulares presentes no desempenho do papel social. A identidade de papel social (*role identity*) diz respeito aos papéis que os indivíduos desempenham na sociedade, como ser estudante (a identidade do aluno), cônjuge (a identidade do cônjuge), pai (a identidade do pai) e trabalhador (a identidade do trabalhador). A identidade social, por sua vez, diz respeito às construções identitárias decorrentes da estrutura social associada ao desempenho de um determinado papel social (Burke, & Stets, 2009).

6. A DIVERSIDADE TEÓRICA E DISCIPLINAR DOS ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE COLETIVA E OS SENTIMENTOS DE PERTENCIMENTO

Para a psicanálise, a identidade coletiva diz respeito à cultura e à formação das coletividades sociais, em um sentido amplo. Para o cognitivismo social, diz respeito aos pertencimentos a categorias sociais. Para o cognitivismo social, referentes relativos ao pertencimento a coletividades são importantes para a formação da identidade individual. Referentes como etnia, nação e até mesmo partido político ou clube de futebol conectam o indivíduo a coletividades mais amplas, proporcionando um sentimento de diferenciação e pertencimento. A identidade coletiva deriva, justamente, das diferenciações que o indivíduo estabelece em relação aos outros grupos e indivíduos com base nos sentimentos e percepções de pertencimento a uma categoria ou grupo social específico (Sedikides, & Brewer, 2001). Os estudos sobre identidade étnica, sobre identidade nacional e sobre movimentos sociais têm se dedicado ao tema da identidade coletiva. Para o interacionismo simbólico, a identidade coletiva equivale ao compartilhamento coletivo de papéis sociais e situações de grupo.

Muito embora seja possível perceber a presença da dimensão coletiva da identidade nas teorias até agora abordadas, destaca-se, em relação à identidade coletiva, uma enorme diversidade teórica, em grande parte decorrente de uma segmentação nesse campo de estudo. A identidade coletiva tem sido abordada por um número muito diverso de temáticas e de campos disciplinares: movimentos

sociais, processos organizacionais, nacionais e étnicos, gênero, território são alguns dos temas da identidade coletiva em relação aos quais a Sociologia, a Geografia, a Arquitetura, a Administração, a Psicologia, entre outras disciplinas, têm se dedicado.

Ante essa diversidade, podemos tomar a identidade coletiva como as orientações gerais que significam, justificam e norteiam as ações de determinadas coletividades: um time de futebol, uma comunidade, um grupo político, uma nação, um grupo étnico, etc. A identidade coletiva se evidencia justamente pela presença de um quadro interpretativo em relação ao qual o indivíduo poderá convergir ou se alinhar. Princípios, valores, explicações, justificativas para as ações, etc., todos esses elementos veiculados por grupos sociais ou coletividades específicas constituem-se como referentes fundamentais para os indivíduos produzirem suas identificações e desenvolverem em relação a determinados grupos ou coletividades sentimentos de pertencimento (Hunt, & Benford, 2004).

Em todo caso, referentes propriamente coletivos, que remetem a sentimentos de pertencimento, compartilhamento de valores, padrões de conduta, etc., implicam, em alguma medida, certa correspondência com referentes estritamente pessoais e sociais. Retomando o exemplo anteriormente citado, a identidade de gênero pode ser suficiente para a mulher, mesmo enamorada, contrapor-se ao machismo do companheiro, mas não é suficiente para se dispor a um vínculo com um coletivo feminista. Aqui, para além dos referentes de categoria social (gênero), tornam-se necessários referentes propriamente coletivos que deverão ser correspondentes a outros presentes também nas dimensões pessoal e social da identidade individual.

Para Klandermans (1997), a identidade coletiva remete aos sentimentos de fazer parte de um determinado grupo compartilhados com as outras pessoas desse grupo. Os referentes da identidade coletiva são mais inclusivos que a identidade social (caracterizada pelo mero pertencimento a um papel ou categoria social), já que eles proporcionam um sentido de “nós” baseado no sentimento de pertencimento a um determinado grupo social que não está presente na identidade social. Para Melucci (1996), a identidade coletiva é entendida como “uma definição compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo) sobre as orientações de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual suas ações acontecem” (p. 70). A identidade coletiva se constitui no âmbito do grupo e possibilita, também, a ação do grupo, sendo fundamental para a ação coletiva. Dessa forma,

a identidade coletiva pressupõe um compartilhamento dos fins, significados e do campo de ação, um compartilhamento que se dá em uma rede de interações entre os sujeitos situados em um contexto social particular (Melucci, 1996).

Os estudos multiculturais destacam justamente os processos de produção de significados associados aos contextos sociais específicos. Para Hall (2005), “As identidades são [. . .] pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (p. 112). Elas são fluidas e cambiantes, e permitem situações diversificadas de identificações possíveis. Porém, em uma sociedade caracterizada por intensas transformações, os pertencimentos decorrentes dos processos de identificação tornam-se cada vez mais incertos e voláteis (Bauman, 2001). O que se apresenta como questão é, justamente, quais contextos podem tornar possíveis os pertencimentos coletivos e como seus referentes podem, ou não, ser correspondentes aos papéis e categorias sociais que caracterizam a identidade social e aos valores e à idiosincrasia da identidade pessoal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS TEÓRICOS PARA O CONCEITO DE CORRESPONDÊNCIA IDENTITÁRIA

Na teoria da identidade apresentada por Stryker, a noção de correspondência identitária assume um sentido bastante específico: refere-se ao processo de verificação da correspondência entre os significados atribuídos pela pessoa a um papel e o seu desempenho efetivo. “Os significados da identidade estão ligados aos significados implicados pelo comportamento de um papel; em outras palavras, há correspondência entre esses autossignificados enquanto desempenham um papel e o comportamento” (Burke, & Reitzes 1981). Por exemplo, a identidade do papel de mãe pode envolver significados de carinho e cuidado, e o desempenho da maternidade corresponde à presença desses significados na alimentação e no banho de uma criança. A identidade do papel do marido, em nossa sociedade, pode incluir significados como os de provedor e de controle, e o comportamento do marido, para corresponder aos valores sociais tradicionais, deveria corresponder a esses significados (Stets, 2006, p. 89).

Aqui, a noção de correspondência identitária está sendo utilizada para compreender um processo através do qual os múltiplos referentes que compõem a identidade individual se relacionam e produzem para o indivíduo certa percepção e sentimento de coerência de si. O conceito de saliência identitária tem sido utilizado tanto por abordagens próximas ao cognitivismo social quanto por aquelas próximas às teorias interacionistas. Essa noção é, no entanto, insuficiente para explicar como múltiplos referentes podem convergir

entre si ou até mesmo se antagonizar. Pressupõe-se, então, que a congruência e o alinhamento entre referentes identitários relacionados a cada uma das dimensões identitárias (pessoal, social e coletiva), o que aqui se denomina correspondência identitária, é fundamental para os sentimentos e percepções de coerência de si.

Este artigo pretendeu evidenciar que as diversas teorias sobre identidade apresentam elementos teóricos comuns o suficiente para fundamentar uma perspectiva ampla sobre o processo identitário que permita relacionar suas múltiplas dimensões. Ele tem, porém, inúmeras limitações: primeiro, para evidenciar as contribuições das diversas teorias, tomam-se os processos de correspondência identitárias sem considerar as situações conflituosas, o que claramente exigiria uma maior complexidade da análise apresentada. Além disso, considerando as limitações do estudo apresentado e suas pretensões de abrangência, vários autores e teorias relevantes não foram abordados, tais como a literatura brasileira sobre identidade (Ciampa, 1987), os estudos sobre linguagem, cultura e sociedade (Ignorini, 1998), entre outros. Por fim, e não menos importante, destaca-se que este estudo pretende, de forma exploratória, sugerir um conceito e uma temática que poderiam contribuir com o campo de estudos sobre identidade, daí o caráter amplo da análise, o que não permitiu aprofundar as teorias abordadas.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Zahar.
- Berry, N. (1991). *O sentimento de identidade*. Escuta.
- Burke, P. J. (2006). Identity change. *Social Psychology Quarterly*, 69, 81-96.
- Burke, P. J., & Reitzes, D. C. (1981). The link between identity and role performance. *Social Psychology Quarterly*, 44, 83-92.
- Burke, P. J., & Stets, J. E. (2009). *Identity theory*. Oxford University Press.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia social*. Brasiliense.
- Deaux, K. (2000). Models, meanings and motivations. In D. Capozza, & R. Brown. (Orgs.), *Social identities processes: trends in theory and research*. (pp. 1-14). Sage.
- Deaux, K., & Burke, P. (2010). Bridging identities. *Social Psychology Quarterly*, 73(4), 315-320.
- Dolto, F. (1984). *A imagem inconsciente do corpo*. Perspectiva.
- Dolto, F., & Nasio, J. D. (1991). *A criança no espelho*. Artes Médicas.
- Erikson, E. (1976a). *Identidade: juventude e crise*. (2a ed.). Zahar.
- Erikson, E. (1976b). *Infância e sociedade*. (2a ed.). Zahar.
- Freud, S. (1976a). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 1, pp. 243-378). Imago. (Publicado originalmente em 1892-1899).
- Freud, S. (1976b). O Ego e o Id. In J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 19, pp. 23-83). Imago. (Publicado originalmente em 1923).
- Freud, S. (1976c). Psicologia de grupo e análise do ego. In J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 18, pp. 89-119). Imago. (Publicado originalmente em 1921).

- Goffman, E. (2007). *A representação do eu na vida cotidiana*. (14a ed.). Vozes.
- Guimarães, V. C., & Celes, L. A. (2007, julho-setembro). O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 341-346.
- Hall, S. (2005). Quem precisa da identidade? In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (4a ed.). (Cap. 3, pp. 103-133). Vozes.
- Higgins, E. T., & May, D. (2001). Individual self-regulatory functions: it's not 'we' regulation, but it's still social. In C. Sedikides, & M. B. Brewer (Orgs.), *Individual self, relational self, and collective self*. (pp. 47-67). Psychology Press.
- Hitlin, S. (2003). Values as the core of personal identity: drawing links between two theories of self. *Social Psychology Quarterly*, 66, 118-137
- Hunt, S. A., & Benford, R. (2004). Collective identity, solidarity and commitment. In S. A. Snow, S. A. Soule, & H. Kriesi (Orgs.), *The blackwell companion to social movements*. (pp. 433-457). Blackwell.
- Ignorini, I. (1998). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Mercado de Letras.
- Izenberg, G. (2016). *Identity: the necessity of a modern idea*. University of Pennsylvania Press.
- Jenkins, R. (1996). *Social identity*. Routledge.
- Klandermans, B. (1997). *The social Psychology of protest*. Blackwell.
- Lacan, J. (1961-1962). *Le séminaire, livre 9: l'identification*. (inédito).
- Lacan, J. (2003). *A identificação*. (versão não comercial, para circulação interna). Círculo Freudiano de Recife. (Publicado originalmente em 1961-1962).
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do Eu. In *Escritos*. (pp. 97-103). Zahar. (Publicado originalmente em 1966).
- Marcia, J. E., Waterman, A. S., Matteson, D. R., Archer, S. L., & Ollofsky, J. L. (1993). *Ego identity: a handbook for psychosocial research*. Springer-Verlag.
- Markus, H., & Wurf, E. (1987). The dynamic self-concept: a social psychological perspective. *Annual Review of Psychology*, 38, 229-337.

- Mead, G. H. (1992). *Mind, self and society*. The University of Chicago Press.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: collective action in the Information Age*. University Press.
- Naujorks, C. J., & Silva, M. K. (2016, janeiro-março). Correspondência identitária e engajamento. *Civitas*, 16(1), 136-156.
- Noack, J. (2007). Reflexões sobre o acesso empírico da teoria de identidade de Erik Erikson. *Interação em Psicologia*, 11(1), 135-146.
- Owens T. J., Robinson, D. T., & Smith-Lovin, L. (2010). *Three faces of identity*. *Annual Review of Sociology*, 36, 477-99.
- Sedikides, C., & Brewer, M. B. (2001). Individual self, relational self, and collective self: partners, opponents or strangers? In C. Sedikides, & M. B. Brewer (Orgs.), *Individual self, relational self, and collective self*. Psychology Press.
- Simon, B. (2004). *Identity in modern Society: a social psychological perspective*. Blackwell.
- Stets, J. E. (2006). Identity theory and emotions. In J. E. Stets, & J. H. Turner (Orgs.), *Handbook of the sociology of emotions*. (pp. 203-223). Springer.
- Stets, J. E., & Burke, P. J. (2000). Identity theory and social identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 63(3), 224-237.
- Stets, J. E., & Burke, P. J. (2003). A sociological approach to self and identity. In M. R. Leary, & J. P. Tangney (Orgs.), *Handbook of self and identity*. (pp. 128-152). Guilford.
- Stets, J. E., & Serpe, R. (2016). *New directions in identity: theory and research*. Oxford University Press.
- Stryker, S. (1981, January-February). Social Psychology: trends, assessment and prognosis. *American Behavioral Scientist*, 24(3), 386-406.
- Stryker, S. (2000). Identity competition: key to differential social movement participation. In S. Stryker, T. J. Owens, & R. W. White (Orgs.), *Self, identity, and social movements*. (pp. 21-40). University of Minnesota Press.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. L. Amancio (Trad.). Livros Horizonte. (Estudos e Psicologia Social, Vols. 1-2).

Taylor, D. M., & Dubé, L. (1986). Two face of identity: the “I” and the “we”. *Journal of Social Issues*, 42(2), 81-98.

Thoits, P. A., & Virshup, L. K. (1997). Me’s and we’s: forms and functions of social identities. In R. D. Ashmore, & L. Jussim (Orgs.), *Self and identity: fundamental issues*. (pp. 106-133). Oxford University Press.